

# A construção de um sonho secular

Lei de 1891 e profecia de D. Bosco foram cumpridas por Juscelino

“Entre os paralelos 15º e 20º, havia um leito muito largo e extenso, que partia de um ponto onde se formava um lago. Então uma voz disse, repetidamente: “Quando escavarem as minas escondidas no meio destes montes, aparecerá aqui a Grande Civilização, a Terra Prometida, onde correrá leite e mel. Será uma riqueza inconcebível. E essas coisas acontecerão na terceira geração”.

Quando leu essas palavras nas “Memórias Biográficas de D. Bosco (1815-1888)”, relato do sonho-visão que o padre italiano tivera em 1883, o presidente Juscelino Kubitschek não deixou de se emocionar. Corria então o ano de 1956. Os paralelos 15.º e 20º delimitavam justamente a área em que estava construindo, naquele momento, Brasília. E o lago, da visão do padre, já figurava no Plano Piloto do urbanista Lúcio Costa.

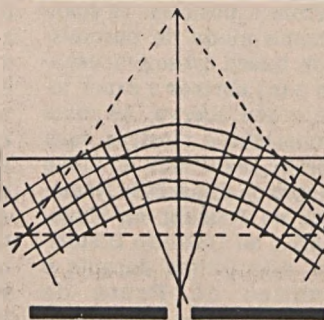
Kubitschek, após os numerosos empreendimentos levados a cabo sob seu governo, dava início à construção da nova capital no Planalto Central, obedecendo a um dispositivo legal existente desde a promulgação da Constituição de 1891, que os presidentes anteriores não tiveram coragem de pôr em execução, por causa das dificuldades que a obra apresentava, aparentemente insuperáveis.

A Constituição republicana, de 24 de fevereiro de 1891, determinou expressamente a mudança da capital, no seu artigo 3º: “Fica pertencendo à União, no Planalto Central da República, uma zona de 14.400 quilômetros quadrados, que será oportunamente demarcada, para nela estabelecer-se a futura capital federal”.

Ficava dessa forma instituído como lei um ideal que teve entre seus precursores os fundadores do CORREIO BRAZILIENSE, Hipólito José da Costa (174-1823) e o Patriarca da Independência, José Bonifácio de Andrada e Silva (1765-1838), que era a interiorização da capital do País.

Definido o local, já no ano seguinte, em 1892, o então presidente Floriano Peixoto (1839-1895) tomou a primeira resolução prática para a mudança da capital. Enviou ao Planalto Central uma comissão para demarcar e fazer estudos sobre a área do Distrito Federal,

**BRASÍLIA  
26 ANOS**



conforme relata o jornalista e historiador Adirson de Vasconcelos, no seu formidável “A Mudança da Capital”.

A comissão exploradora foi chefiada pelo astrônomo Luís Cruls, na época diretor do Observatório Astronômico do Rio de Janeiro. Depois de exaustivos estudos, a comissão que deixou observações que são atuais até hoje, definiu a área dos 14 mil e 400 quilômetros quadrados do quadrilátero como uma gleba onde “a topografia, o clima e as águas se revelaram muito agradáveis e salubres”. E Cruls concluiu seu relatório dizendo que a área “se presta admiravelmente para a edificação de uma grande cidade, atendendo as condições estéticas que se devem ter em vista, como também as de salubridade”.

No entanto, depois de Floriano Peixoto, que deu provas de grande empenho pela interiorização da capital, oito estadistas passaram pela Presidência da recém-proclamada República, sem nada fazer para a mudança da capital. Reagindo à apatia mudancista do Poder Executivo nesse período, os homens de letras, da imprensa e da literatura, como Olavo Bilac, Euclides da Cunha, Roquete Pinto e Carlos Maximiliano, entre outros, mantinham acesa a chama da interiorização. Diversas publicações do princípio do Século XX constituíam uma bandeira permanente, lembrando a interiorização da capital e sua necessidade face ao pacto de 1891.

Mas somente em 1922, nas comemorações do Centenário da Independência, o então presidente Epitácio Pessoa, dando cumprimento a uma lei do Congresso, mandou fixar a pedra fundamental da futura capital brasileira no Planalto Central, na área escolhida e de-

marcada 30 anos antes por Luís Cruls. Embora simbólico, o ato de lançar a primeira pedra dava sentido de que a obra deveria ser iniciada em seguida.

Porém, a década que sucedeu ao lançamento da pedra fundamental foi marcada de pálios resultados objetivos em favor do ideal mudancista. À parte as dificuldades financeiras que o País atravessava, este foi um período politicamente difícil da vida nacional, com lutas civis e violentas revoluções.

Seguiu-se a Revolução de 1930. Mais tarde, a Constituição de 1934 reafirmou os ideais mudancistas de 1891. Entretanto, em 1937, Getúlio Vargas dá o golpe do Estado Novo anulando a Carta de 1934. Na nova Constituição Nacional ditada por Vargas, o assunto da mudança da capital, que fora tão claro na primeira Constituição republicana e seguido pela Carta de 1934, passou a ser lembrado vagamente. A lei outorgada referia-se indiretamente à transferência da metrópole, ao estabelecer que o Rio de Janeiro, “o atual Distrito Federal, enquanto sede do Governo da República, será administrado pela União”.

Esse espaço de tempo, que vai de 1934 até a deposição de Vargas, em 1945, foi o período em que o ideal de interiorização da capital permaneceu mais relegado. Muito embora Getúlio Vargas vislumbrasse no Planalto Central “o miradouro do Brasil”.

O ideal só ressurgiu em 1946, na elaboração da Constituição da chamada fase de redemocratização do Brasil. No seu artigo 4º dizia de forma objetiva: “A capital da União será transferida para o Planalto Central do País”. Ficava, assim, pela terceira vez, consagrada, através de determinação constitucional, a mudança da capital para o interior do País. O pensamento dos constituintes de 1891, depois ratificado pelos constituintes de 1934, era, em 1946, consolidado como princípio fundamental do sentimento nacional.

Nos debates, porém, três correntes de opiniões se formaram em torno do local a ser escolhido para a nova capital. Os locais propostos eram: o Triângulo Mineiro, a cidade de Goiânia (recém-construída) ou o chamado Quadrilátero Cruls.



Juscelino cumpriu velho designio e fez Brasília nascer no Planalto

O general Dutra, então presidente da República, não perdeu tempo. Nomeou logo a Comissão de Estudos para Localização da Nova Capital, chefiada pelo general Polli Coelho. Após quase dois anos de estudos, a comissão concluiu pela solução encontrada por Luís Cruls no final do Século XIX e favorável ao Planalto Central, onde hoje se localiza Brasília. Apesar disso, a polêmica sobre o local ideal permaneceria em discussão no Congresso durante cinco anos.

A questão só foi solucionada no segundo governo de Getúlio Vargas, que voltara à Presidência em 1950, dessa vez pelo voto popular. Vargas criou uma nova Comissão de Localização da Nova Capital, tendo à frente o general Calado de Castro, na época chefe da Casa Militar da Presidência, mais tarde substituído

**A** Constituição de 1891 já dispunha sobre a vinda da capital para o Planalto. Há 26 anos, a coragem de JK cumpriu lei e profecia.

pelo marechal João Pessoa. Em dois anos, a comissão chega a conclusões idênticas às propostas de Cruls e Polli Coelho, indicando o exato local onde deveria ser erguida a nova cidade. Já em 1955, o governador de Goiás na época, Pedro Ludovico Teixeira, assinava um decreto histórico, considerando de utilidade pública as terras do futuro Distrito Federal.

O ato de Goiás repercutiu em todo o País e no exterior, tanto que o famoso arquiteto francês Le Corbusier propôs planejar a nova cidade. Enquanto isso, o candidato à Presidência, Juscelino Kubitschek de Oliveira, prometeu pela primeira vez, em abril do mesmo ano, na cidade golana de Jataí, que se fosse eleito, poria em prática o dispositivo constitucional que determinava a mudança da capital para o Planalto Central, provocando um delírio de aplausos.

Eleito, em sua primeira mensagem ao Congresso, em março de 1956, JK referiu-se “à necessidade da construção da nova capital do Brasil no Planalto Central”. Um mês depois, Juscelino assinou em Anápolis, uma mensagem ao Congresso submetendo à apreciação das duas Casas, a delimitação da área para o novo DF, ao mesmo tempo criando a Companhia Urbanizadora da Nova Capital — Novacap. Em setembro daquele ano, o Con-

gresso transformou em lei as propostas de JK.

Depois de o projeto do urbanista Lúcio Costa ter vencido a concorrência do edital para o Concurso do Plano-Piloto de Brasília, JK contratou o arquiteto Oscar Niemeyer para planejar os edifícios da cidade e nomeou o engenheiro Israel Pinheiro para a presidência da Novacap. Em menos de dez dias, foi construído na área do novo DF um palácio presidencial provisório — o Catetinho. E nos últimos meses daquele ano, homens e máquinas chegaram à região, levantaram as primeiras barracas, e, sem perda de tempo, começaram as obras, trabalhando dia e noite.

No início de 1957, o desabitado Planalto Central já estava convertido num imenso canteiro de obras. Com a difusão da notícia do que ali estava sendo feito, acorreram operários de todo o Brasil, notadamente do Nordeste. Três anos depois, apesar da intensa campanha política contra a nova capital, no dia 21 de abril de 1960, perante milhares de turistas, do corpo diplomático, dos construtores e da população da região, inaugurou-se a Nova Capital do Brasil. Numa festa que marcou a vida nacional, criando um clima de euforia em todos os recantos do País. O desafio estava vencido e um sonho secular havia se tornado realidade.

## Aparecido dá o Mérito Brasília a 99 pessoas

Numa bela cerimônia ao ar livre, em frente ao Palácio do Buriti, o governador José Aparecido concedeu a “Ordem do Mérito de Brasília” a 99 personalidades da vida pública do País. No grau de Grã-Cruz foram condecorados os ministros Abreu Sodré, das Relações Exteriores, Jorge Bornhausen, da Educação, Raphael de Almeida Magalhães, da Previdência Social, Celso Furtado, da Cultura, Deni Schwartz, do Desenvolvimento Urbano e Vicente Fialho, da Irrigação. No mesmo grau foram também condecorados o Consultor-Geral da República, Saulo Ramos, o vice-governador do Rio de Janeiro, Darcy Ribeiro, e o imortal Austregésilo de Athayde, presidente da Academia Brasileira de Letras, entre outros.

A equipe econômica responsável pela reforma monetária — o secretário do Tesouro Nacional, Andrea Calabi, o secretário Especial de Assuntos Econômicos do Ministério da Fazenda, Luiz Gonzaga Belluzzo, o secretário especial de coordenação econômico-social da Seplan, Persio Arida, o coordenador-geral de projetos especiais da secretaria de assuntos econômicos do Ministério da Fazenda, João Manoel Cardoso de Mello e ainda o presidente do IBGE, Edmar Bacha — recebeu a comenda no grau de grande-oficial. Também a receberam o diretor do Museu de Arte de São Paulo, Pietro Maria

Bardi e Altamiro de Moura Pacheco, presidente da Comissão de Desapropriação da Nova Capital.

No grau de comendador foi agraciada a assessora e filha do presidente José Sarney, Roseane Sarney Murad. No grau de oficial, o juiz de Direito, presidente do Tribunal do Júri, José Brito da Cunha. A Ordem do Mérito de Brasília foi instituída em abril de 1960, e tem seis graus. Na solenidade de ontem, se apresentaram militares da Marinha, Exército e Aeronáutica, Polícia Militar e Corpo de Bombeiros, em formação. Além do governador José Aparecido, efetuaram a entrega da comenda o secretário de governo José Carlos Mello, o chefe do Gabinete Civil Guy de Almeida e chefe do Gabinete Militar, Cel. João Sereno Firmo.



Camilo Calazans